Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas

Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens

31 de dezembro de 2017
com Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2017

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas 1

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Balanços patrimoniais 6
Demonstrações do resultado 8
Demonstrações dos resultados abrangentes 9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido 10
Demonstrações dos fluxos de caixa 11
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 12

Building a better working world

Edifício Califórnia Center
Rua Dr. Amadeu da Luz, 100
8º Andar - Conj. 801 - Centro
89010-910 - Blumenau, SC, Brasil

Tel: (5547) 2111-0700
Fax: (5547) 2111-0719
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos acionistas, conselheiros e administradores da
Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens
São Ludgero - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Uma empresa-membro da Ernst & Young Global Limited

Building a better
working world

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

a. Transações com partes relacionadas – mútuos com acionistas

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui saldo a receber decorrente de mútuos concedidos aos seus acionistas no montante total de R$245.064 mil, bem como possui avais prestados aos mesmos acionistas no montante total de R$42.381 mil nessa data. Uma vez que o desfecho destas transações pode ter um efeito significativo no desempenho das operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia devido à relevância dos valores envolvidos e ao risco inerente associado à estas transações, consideramos as transações com os acionistas como um dos principais assuntos de auditoria. As transações, saldos e condições contratuais mais significativas, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 13.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, (i) a realização de exame da documentação suporte para uma amostra das transações, incluindo a inspeção de contratos e os cálculos preparados pela administração da Companhia; (ii) a verificação da aprovação das transações de acordo com a política estabelecida pela administração da Companhia; (iii) a realização de procedimento de envio de carta de confirmação às contrapartes das operações sobre os saldos e contratos vigentes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017; e (iv) a análise das projeções de resultados, para as quais utilizamos o suporte de nossos especialistas em avaliações de projeções, e outros documentos que demonstram a capacidade das contrapartes liquidarem seus respectivos saldos. Nossos procedimentos de auditoria incluíram também a análise das divulgações realizadas pela Companhia na referida nota explicativa às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Building a better
working world

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os saldos de mútuo a receber de acionistas, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração que suportam a análise de realização dos mútuos a receber de acionistas, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 13, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Building a better
working world

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

Building a better
working world

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Blumenau, 29 de março de 2018.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Guilherme Ghidini Neto
Contador CRC-RS067795/O-5

Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2017	2016	2017	2016
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	**38.236**	50.195	**40.840**	62.932
Contas a receber de clientes	7	**75.457**	70.913	**90.253**	85.191
Estoques	8	**53.512**	48.129	**64.421**	59.658
Impostos e contribuições a recuperar	9	**9.043**	10.942	**9.918**	12.044
Outras contas a receber	11	**2.203**	3.263	**2.252**	1.693
		178.451	183.442	**207.684**	221.518
Ativos circulantes mantidos para venda	12	**38.649**	-	**38.649**	-
		217.100	183.442	**246.333**	221.518
Não circulante					
Ativos não circulante mantidos para venda	12	**1.181**	1.251	**1.181**	1.251
Depósitos judiciais	21	**33.416**	22.019	**34.128**	23.162
Impostos e contribuições a recuperar	9	**2.731**	2.716	**4.182**	4.288
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	**-**	-	**2.573**	1.567
Partes relacionadas	13	**245.064**	225.875	**245.064**	225.875
Outras contas a receber	11	**5.519**	8.266	**5.519**	8.266
		287.911	260.127	**292.647**	264.409
Investimentos					
Em controladas	14	**56.514**	59.442	**-**	-
Outros investimentos		**23**	448	**23**	448
Intangível	15	**30.133**	29.698	**30.135**	29.699
Imobilizado	16	**188.508**	239.457	**210.537**	268.778
		563.089	589.172	**533.342**	563.334
Total do ativo		**780.189**	772.614	**779.675**	784.852

	Nota	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	17	**143.345**	122.315	**170.197**	174.192
Fornecedores risco sacado	17	-	18.471	-	18.471
Empréstimos e financiamentos	18	**196.521**	144.742	**196.660**	144.881
Salários, encargos e contribuições sociais	19	**17.493**	16.772	**20.060**	19.642
Obrigações fiscais	20	**28.897**	19.305	**30.994**	21.025
Dividendos mínimo obrigatório	22	-	2.294	**203**	4.111
Instrumentos financeiros derivativos	4.1	**41**	3.381	**41**	3.381
Outras contas a pagar		**4.868**	5.466	**6.277**	6.020
		391.165	332.746	**424.432**	391.723
Não circulante					
Fornecedores	17	**8.347**	11.839	**9.374**	13.618
Empréstimos e financiamentos	18	**63.348**	151.439	**64.050**	152.279
Provisões para contingências	21	**15.225**	33.554	**17.805**	35.709
Obrigações fiscais	20	**97.148**	28.298	**103.039**	28.343
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	**39.812**	34.263	**39.812**	34.659
Partes relacionadas	13	**49.477**	57.633	-	111
Outras contas a pagar		**179**	708	**179**	708
		273.536	317.734	**234.259**	265.427
Patrimônio líquido	22				
Capital social		**40.000**	40.000	**40.000**	40.000
Reservas de capital		-	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial		**63.975**	65.745	**63.975**	65.745
Reservas de lucros		**11.513**	9.507	**11.513**	9.507
Dividendos propostos		-	6.882	-	6.882
		115.488	122.134	**115.488**	122.134
Participação de não controladores		-	-	**5.496**	5.568
Total do patrimônio líquido		**115.488**	122.134	**120.984**	127.702
Total do passivo e patrimônio líquido		**780.189**	772.614	**779.675**	784.852

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação, em reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2017	2016	2017	2016
Receita líquida	23	**646.517**	627.890	**759.717**	756.352
Custos dos produtos vendidos	24	**(456.047)**	(457.727)	**(543.676)**	(556.744)
Lucro bruto		**190.470**	170.163	**216.041**	199.608
Despesas de vendas	24	**(69.214)**	(72.004)	**(83.694)**	(86.998)
Despesas administrativas	24	**(29.552)**	(28.310)	**(36.741)**	(34.990)
Resultado da equivalência patrimonial	14	**(2.874)**	2.402	**-**	-
Outras despesas operacionais, líquidas	29	**(17.335)**	(9.639)	**(20.762)**	(11.790)
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos sobre o lucro		**71.495**	62.612	**74.844**	65.830
Receitas financeiras	25	**20.804**	24.794	**28.946**	33.393
Despesas financeiras	25	**(98.978)**	(113.296)	**(111.466)**	(122.926)
Variações monetárias e cambiais líquidas	25	**55.301**	39.335	**55.304**	40.831
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		**48.622**	13.445	**47.628**	17.128
Imposto de renda e contribuição social	10				
Corrente		**(12.467)**	(4.399)	**(12.797)**	(5.172)
Diferido		**(5.091)**	(1.295)	**(3.690)**	(2.588)
Lucro líquido do exercício		**31.064**	7.751	**31.141**	9.368
Atribuível a:					
Acionistas da Companhia				**31.064**	7.751
Participação dos acionistas não controladores				**77**	1.617
				31.141	9.368
Resultado por ação:					
Básico e diluído por ação (em R$ por ação)	27	**2,00**	0,50	**2,00**	0,50

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2017	**2016**	**2017**	**2016**
Resultado do período	**31.064**	7.751	**31.141**	9.368
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total dos resultados abrangentes	**31.064**	7.751	**31.141**	9.368
Atribuído aos acionistas controladores			**31.064**	7.751
Atribuído aos acionistas não controladores			**77**	1.617

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	Atribuível aos acionistas controladores										
				Reserva de Lucros							
	Capital Social	Reservas de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Incentivos fiscais	Reserva legal	Retenção de lucros	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total	Participação dos não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	40.000	-	68.374	2.814	1.367	4.122	-	-	116.677	5.617	122.294
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	7.751	7.751	1.617	9.368
Realização do custo atribuído	-	-	(3.946)	-	-	-	-	3.946	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social sobre realização do custo atribuído	-	-	1.317	-	-	-	-	(1.317)	-	-	-
Destinações:							-				
Reserva legal	-	-	-	-	388	-	-	(388)	-	-	-
Dividendos mínimos	-	-	-	-	-	-	-	(2.294)	(2.294)	(1.666)	(3.960)
Dividendos adicionais propostos a distribuir	-	-	-	-	-	-	6.882	(6.882)			
Constituição de reserva de incentivos fiscais	-	-	-	634	-	-	-	(634)	-	-	-
Retenção de lucros	-	-	-	-	-	182	-	(182)	-	-	-
							-				
Saldos em 31 de dezembro de 2016	40.000	-	65.745	3.448	1.755	4.304	6.882	-	122.134	5.568	127.702
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	31.064	31.064	77	31.141
Realização do custo atribuído	-	-	(2.644)	-	-	-	-	2.644	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social sobre realização do custo atribuído	-	-	874	-	-	-	-	(874)	-	-	-
Destinações:							-				
Reserva legal	-	-	-	-	1.553	-	-	(1.553)	-	-	-
Destinação de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(30.828)	(30.828)	(149)	(30.977)
Dividendos adicionais propostos a distribuir	-	-	-	-	-	-	(6.882)	-	(6.882)		(6.882)
Constituição de reserva de incentivos fiscais	-	-	-	453	-	-	-	(453)	-	-	-
Retenção de lucros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
							-				
Saldos em 31 de dezembro de 2017	40.000	-	63.975	3.901	3.308	4.304	-	-	115.488	5.496	120.984

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**48.622**	13.445	**47.628**	17.128
Ajustes por:				
Depreciação	**17.597**	19.398	**21.914**	23.347
Amortização do intangível	**365**	295	**366**	295
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	**2.983**	2.647	**3.423**	3.106
Juros apropriados e variações monetárias	**38.953**	54.252	**38.998**	54.303
Juros apropriados partes relacionadas PJ	**4.529**	5.165	**-**	-
Juros apropriados partes relacionadas PF	**(47.045)**	(59.173)	**(47.045)**	(59.173)
Constituição (realização) de provisão para estoques	**(46)**	338	**101**	447
Constituição e atualização de provisão para contingências	**(16.908)**	8.572	**(15.778)**	9.067
Resultado na venda de ativo imobilizado	**2.719**	674	**7.288**	729
Equivalência patrimonial	**2.874**	(2.402)	**-**	-
Ajuste a valor presente	**1.066**	2.320	**3.005**	207
Variações em:				
(Aumento) / redução em contas a receber	**(7.718)**	9.852	**(8.593)**	5.472
(Aumento) / redução nos estoques	**(5.048)**	(2.065)	**(4.052)**	6.357
(Aumento) / redução nos impostos a recuperar	**1.884**	2.449	**2.232**	2.028
(Aumento) / redução em outras contas a receber	**(7.590)**	13.818	**(8.778)**	2.595
(Aumento) / redução de bens destinados a venda	**70**	(38)	**70**	(38)
Variação líquida em partes relacionadas	**-**	-	**-**	(1.418)
Aumento / (redução) em fornecedores	**(2.097)**	(54.675)	**(30.419)**	(32.699)
Aumento / (redução) em obrigações fiscais	**78.442**	2.877	**84.665**	2.976
Aumento / (redução) em outras contas a pagar e provisões	**(4.467)**	579	**(3.612)**	264
Aumento / (redução) de partes relacionadas PJ	**(12.685)**	16.404	**(111)**	-
Pagamento / (redução) de contingências	**(1.421)**	(1.170)	**(2.126)**	(1.510)
Imposto de renda e contribuição social pagos	**(12.009)**	(4.399)	**(12.340)**	(5.172)
Aumento / (redução) em salários, encargos e contr. Sociais	**721**	3.167	**418**	3.178
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**83.791**	32.330	**77.254**	31.489
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Dividendos recebidos	**54**	1.664	**54**	-
Aquisições de ativo imobilizado	**(8.010)**	(9.321)	**(9.604)**	(13.490)
Aquisições de ativo intangível	**(806)**	(655)	**(808)**	(656)
Recebimento por vendas de ativo imobilizado	**-**	2.929	**-**	3.113
Resultado na venda de outros investimentos	**425**	-	**425**	-
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	**(8.337)**	(5.383)	**(9.933)**	(11.033)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Variações em empréstimos concedidos a partes relacionadas	**(11.851)**	(1.563)	**(11.851)**	(1.563)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	**(297)**	-	**(2.114)**	-
Captação de empréstimos e financiamentos	**138.707**	102.636	**138.707**	102.636
Pagamento de empréstimos (principal)	**(173.465)**	(115.822)	**(173.602)**	(115.907)
Pagamento de empréstimos (juros)	**(40.507)**	(51.970)	**(40.553)**	(52.025)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	**(87.413)**	(66.719)	**(89.413)**	(66.859)
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(11.959)**	(39.772)	**(22.092)**	(46.403)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**50.195**	89.967	**62.932**	109.335
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**38.236**	50.195	**40.840**	62.932
Itens que não afetam caixa:				
Compensação de dividendos a pagar com créditos a receber de partes relacionadas	**39.707**	-	**39.707**	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

1. Contexto operacional

A Companhia, com sede na Rua Padre Auling, 595, Bairro Industrial, em São Ludgero, Santa Catarina, tem por objetivo a fabricação de embalagens flexíveis, produtos termoformados descartáveis para embalagens, tais como: copos descartáveis impressos ou não, pratos, potes, bandejas expandidas, laminados plásticos, entre outros e recuperação de resíduos sólidos. Em 2017, assim como no exercício anterior, a Companhia priorizou novamente ações que objetivavam a redução de gastos e implementou o Plano Reação III cujo alvo foi a conta de pessoal. Os investimentos ficaram novamente no menor patamar possível.

O indicador meta, estabelecido pelos Acionistas, permaneceu sendo o GCE (Geração de Caixa Efetiva) o qual consiste no Ebitda, acrescido ou reduzido pela variação dos estoques e da conta de inadimplência e deduzido do CAPEX. O capital investido nas contas de giro do negócio, componente relevante na composição do indicador meta, continuou sendo negativo e, portanto, uma fonte de financiamento para Companhia.

Durante o exercício de 2017 foram concluídas as negociações para a colocação da sua quarta emissão de debêntures (CICE14) a qual, ocorreu em fevereiro de 2018, de forma concomitante com o alongamento da terceira emissão (CICE13) e resgate antecipado da segunda emissão (CICE12) que já estava inteiramente no curto prazo.

A repactuação da terceira emissão de debêntures (CICE13) resulta no diluição do saldo devedor de R$ 56.000 em 25 parcelas mensais de vencimento da primeira parcela em 05 de fevereiro de 2019 e vencimento da última parcela em 05 de fevereiro de 2021 com taxa de juros repactuada em 4,75% ao ano, acrescida da variação do CDI.

A quarta emissão de debêntures (CICE14) resultou na captação de R$ 75.000, contratados a uma taxa de juros de 4,75% ao ano acrescida da variação do CDI a serem pagos em 25 parcelas mensais sendo o vencimento da primeira parcela em 05 de fevereiro de 2019. A Companhia ofereceu como garantia nesta captação, ativos imobilizados, aval de acionistas e dupicatas.

As controladas da Companhia, incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são as seguintes:

			% participação	
Nome	**Principal atividade**	**Sede**	**2016**	**2017**
Incoplast Embalagens do Nordeste Ltda	Fabricação e comercialização de embalagens	João Pessoal -PA	97,6	97,6
Copobras da Amazônia Industrial de Embalagens Ltda	Fabricação e comercialização de produtos termoformados descartáveis para embalagem e acondicionamento.	Manaus - AM	26,7	26,7

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), evidenciando todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Determinados saldos do período comparativo foram reclassificados para seguir a apresentação do período corrente.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de certos ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de escolha e aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.

A emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi aprovada pela Diretoria Executiva em 29 de março de 2018.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas.

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.3. Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2017. O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

Especificamente, a Companhia controla uma investida se, e apenas se, tiver:

• Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida);

• Exposição ou direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida;

• A capacidade de usar seu poder em relação à investida para afetar os resultados.

Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a essa presunção e quando a Companhia tiver menos da maioria dos direitos de voto ou semelhantes de uma investida, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive:

• O acordo contratual com outros detentores de voto da investida;

• Direitos originados de acordos contratuais;

• Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto da Companhia.

A Companhia avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando a Companhia deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada.

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.3. Consolidação--Continuação

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores da Companhia, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis da Companhia. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre as companhias, são totalmente eliminados na consolidação.

A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial.

Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, é dada baixa nos correspondentes ativos (inclusive ágio), passivos, participação de não controladores e demais componentes patrimoniais, ao passo que qualquer ganho ou perda resultante é contabilizado no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido a valor justo.

2.4. Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. Cada entidade da Companhia determina sua própria moeda funcional.

(a) Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço.

Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais. Itens não monetários mensurados ao valor justo em moeda estrangeira são convertidos utilizando as taxas de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado.

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa.

2.6. Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

(a) Ativos financeiros

2.6.1. Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de hedge eficazes, conforme a situação. Todos os ativos financeiros são reconhecidos a valor justo, acrescido, no caso de ativos financeiros não contabilizados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber, empréstimos e outros recebíveis, e partes relacionadas.

2.6.2. Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros da Companhia foram classificados nas seguintes categorias:

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado; e
- Empréstimos e contas a receber.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

2.6.2. Mensuração subsequente - Continuação

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado - Continuação

como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Essa categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios para a contabilidade de hedge, definidos pelo CPC 38. Derivativos, incluindo os derivativos embutidos que não estão intimamente relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, são também classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam classificados como instrumentos de hedge eficazes. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

Empréstimos e recebíveis

Essa categoria é a mais relevante da Companhia. Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos e determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros de efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado. Empréstimos e recebíveis compreendem contas a receber de clientes e contas a receber de partes relacionadas.

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

2.6.3. Desreconhecimento (baixa) - Continuação

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente (ou seja, excluído do resultado do exercício) quando:

• Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;

• A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo.

O envolvimento contínuo que toma a forma de garantia em relação ao ativo transferido é mensurado com base no valor contábil original do ativo ou no valor máximo da contraprestação que poderia ser exigido que a Companhia amortizasse, dos dois o menor.

2.6.4. Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável. Uma perda só existe se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" ocorrido) e tenham impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

2.6.4. Redução do valor recuperável de ativos financeiros--Continuação

momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, default ou atraso de pagamento de juros ou principal pode ser indicada por uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com defaults.

Ativos financeiros ao custo amortizado

Em relação aos ativos financeiros apresentados ao custo amortizado, a Companhia inicialmente avalia individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativa, ou em conjunto para ativos financeiros que sejam individualmente significativos. Se a Companhia concluir que não existe evidência de perda por redução ao valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, quer significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e é avaliado em conjunto em relação à perda por redução ao valor recuperável.

Ativos que são avaliados individualmente para fins de perda por redução ao valor recuperável e para os quais uma perda por redução ao valor recuperável seja, ou continue a ser, reconhecida não são incluídos em uma avaliação conjunta de perda por redução ao valor recuperável.

O valor de qualquer perda por redução ao valor recuperável é mensurado como a diferença entre o valor do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas e ainda não ocorridas). O valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados é descontado pela taxa de juros efetiva original para o ativo financeiro.

O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Os empréstimos, juntamente com a correspondente provisão, são baixados quando não há perspectiva realista de sua recuperação futura e todas as garantias tenham sido realizadas ou transferidas para a Companhia. Se, em um exercício subsequente, o valor da perda estimada de valor recuperável aumentar ou diminuir devido a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

2.6.4. Redução do valor recuperável de ativos financeiros - Continuação

Ativos financeiros ao custo amortizado - Continuação

recuperável, a perda anteriormente reconhecida é aumentada ou reduzida ajustando-se a provisão. Em caso de eventual recuperação futura de um valor baixado, essa recuperação é reconhecida na demonstração do resultado.

(b) Passivos financeiros

2.6.5. Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, contas a pagar, ou como derivativos classificados como instrumento de hedge, conforme o caso.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, fornecedores risco sacado, empréstimos e financiamentos, contratos de garantia financeira e instrumentos financeiros derivativos.

2.6.6. Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

2.6.6. Mensuração subsequente - Continuação

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado - Continuação

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de recompra no curto prazo. Essa categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de hedge definidos pelo CPC 38 – Derivativos, incluindo os derivativos embutidos que não são intimamente relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, e também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge efetivos.

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

2.6.6. Mensuração subsequente--Continuação

Contratos de garantia financeira

Os contratos de garantia financeira emitidos pela Companhia são contratos que requerem pagamento para fins de reembolso do detentor por perdas por ele incorridas quando o devedor especificado deixar de fazer o pagamento devido segundo os termos do correspondente instrumento de dívida. Contratos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos como um passivo a valor justo, ajustado por custos de transação diretamente relacionados com a emissão da garantia. Subsequentemente, o passivo é mensurado com base na melhor estimativa da despesa requerida para liquidar a obrigação presente na data do balanço ou no valor reconhecido menos amortização, dos dois o maior.

2.6.7. Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

(c) Instrumentos financeiros – apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.7. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PDD" ou *impairment*) e ajuste a valor presente.

2.8. Estoques

Os estoques de matérias primas, materiais de embalagem e almoxarifado foram avaliados pelo custo médio de aquisição, que não excede o valor de realização líquido de impostos e despesas de venda. Os estoques de produtos em elaboração e produtos acabados foram avaliados pelo custo médio através do método de custeio de absorção total.

2.9. Bens destinados a venda

Ativos não circulantes são classificados como ativos mantidos para venda quando seu valor contábil for recuperável, principalmente, por meio de uma venda e quando essa venda for praticamente certa. Estes ativos são avaliados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo, menos os custos de venda. Espera-se que a venda destes ativos ocorra em um período de até 12 meses a partir da data de encerramento da presente demonstração financeira.

2.10. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.10. Ativos intangíveis--Continuação

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

A Companhia reconhece como ativos intangíveis:

(a) Ágio

O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida, (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida, e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.10. Ativos intangíveis--Continuação

(b) Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir ou desenvolver os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de cinco anos.

(c) Marcas e patentes

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas e licenças, avaliadas com vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada de 10 anos.

A tabela a seguir apresenta um resumo das políticas aplicadas aos ativos intangíveis da Companhia:

	Ágio	Softwares	Marcas e patentes
Vida útil	Indefinida	Definida (5 anos)	Definida (10 anos)
Método de amortização utilizado	Não amortiza	Amortização linear conforme vida útil	Amortização linear ao longo do prazo da patente
Gerados internamente ou adquridos	Adquiridos	Adquiridos e gerados internamente	Adquiridos

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.11. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção e custo atribuído, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumulada, quando houver.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas ou despesas no resultado.

Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o custo de um ativo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com as vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre o prazo de arrendamento e as suas vidas úteis. A Companhia reavalia anualmente as taxas de depreciação.

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.11. Imobilizado--Continuação

Terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas para os bens do ativo imobilizado são:

Edifícios	50 anos
Maquinas e equipamentos	15 anos
Móveis e utensílios	8 anos
Veículos	6 anos
Equipamentos de processamento de dados	4 anos

2.12. *Impairment* de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.12. *Impairment* de ativos não financeiros--Continuação

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente (em 31 de dezembro) ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa,

2.13. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

2.14. Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos impostos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento.

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.14. Provisões--Continuação

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Sociedade é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.15. Impostos

(a) Imposto de renda e contribuição social – corrente e diferido

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende as parcelas correntes e diferidas. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.15. Impostos--Continuação

(a) Imposto de renda e contribuição social – corrente e diferido--Continuação

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e também com relação aos prejuízos fiscais. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, ação baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

(b) Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto: (i) quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; (ii) quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e (iii) o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a recolher, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas:

Impostos	Alíquota
ICMS - Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços	0% a 18%
IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados	5% a 15%
PIS - Programa de Integração Social	1,65%
COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	7,6%

Nas demonstrações de resultado as receitas são demonstradas pelos valores líquidos dos correspondentes impostos.

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.16. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. Os principais benefícios são salários e contribuições para a seguridade social - INSS, férias, 13º salário, vale transporte e vale alimentação.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo há uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

2.17. Reconhecimento da receita

A receita de vendas de produtos no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

2.18. Ajuste a valor presente

A Companhia reconhece o ajuste a valor presente de ativos e passivos.

As operações de compras a prazo, basicamente fornecedores de mercadorias e serviços, foram trazidas ao seu valor presente considerando os prazos médios das referidas transações. A constituição do ajuste a valor presente de compras é registrada nas rubricas "fornecedores", "estoques" e "custo dos produtos vendidos" e sua reversão tem como contrapartida a rubrica "Despesas financeiras", pela fruição de prazo, no caso de fornecedores, e pela realização dos estoques em relação aos valores neles registrados.

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.18. Ajuste a valor presente--Continuação

As operações de vendas a prazo foram trazidas ao seu valor presente considerando os prazos médios das referidas transações. O ajuste a valor presente das vendas a prazo é registrado na rubrica "receita de vendas" e "contas a receber de clientes" e sua realização é registrada na rubrica "receitas financeiras", pela fruição do prazo.

2.19. Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

Quando a Companhia recebe benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais. O empréstimo ou assistência é reconhecido ou mensurado inicialmente a valor justo. A subvenção governamental é mensurada como a diferença entre o valor contábil inicial do empréstimo e os resultados recebidos. O empréstimo é subsequentemente mensurado de acordo com a política contábil.

2.20. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e sua controlada mantêm instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições de risco de variação de moeda estrangeira. Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado como incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas no resultado como receita ou despesa financeira.

2.21. Arrendamentos

Um contrato como um arrendamento mercantil é caracterizado na substância do contrato na data de seu início. A Companhia possui contrato de aluguel de imóvel, onde atua como arrendatária. O contrato foi avaliado pela Companhia e classificado como arrendamento mercantil operacional. Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.22. Normas novas ou revisadas aplicadas pela primeira vez em 2017

A Companhia e suas controladas entendem que as alterações e revisões de normas emitidas pelo IASB com efeito a partir de 1º de janeiro de 2017 não produziram impactos significativos em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Pronunciamentos emitidos mas que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2017

As normas e interpretações emitidas mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia são abaixo apresentadas. A Companhia pretende adotar essas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência.

IFRS 16 – "Operações de Arrendamento Mercantil" – com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º. de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17 – "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.

IFRS 15 - "Receita de Contratos com Clientes" - A partir de 1° de janeiro de 2018, o CPC 47 (IFRS 15) resultará em um novo padrão de Receitas de Contrato com cliente, que prevê a contabilização específica de receitas provenientes de contratos de venda de bens ou prestação de serviços, convergindo com a norma internacional IFRS 15, substituindo o atual CPC 30 (Receitas).

A principal mudança é que a receita será reconhecida quando o controle do produto ou serviço é transferido ao cliente. Também traz critérios abrangentes e bem delimitados para o reconhecimento de receita ao longo do tempo: quando o controle sobre a obrigação de desempenho passa para o cliente de forma progressiva, incluindo medição do progresso, reconhecimento de receita de licenças e a divulgação sobre contratos com clientes.

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.22. Pronunciamentos emitidos mas que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2017--Continuação

Um contrato com diversas promessas para a transferência de bens (obrigações de desempenho) deverá ser discriminado, e cada promessa terá de ser reconhecida separadamente no momento em que o controle sobre ela é passado ao cliente, com o objetivo de conferir maior transparência às transações de venda para o usuário das demonstrações financeiras.

A administração da Companhia efetuou um estudo para mensurar o impacto desta nova norma contábil e concluiu não haver impactos relevantes.

IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018. Ele substitui a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros.

O IFRS 9 mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece três principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. Traz, ainda, um novo modelo de perdas de crédito esperadas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas.

O IFRS 9 abranda as exigências de efetividade do *hedge*, bem como exige um relacionamento econômico entre o item protegido e o instrumento de *hedge* e que o índice de *hedge* seja o mesmo que aquele que a administração de fato usa para fins de gestão do risco. A administração da Companhia elaborou estudo para avaliar os impactos desta adoção e concluiu que não há efeitos relevantes com a adoção desta nova norma na data de sua vigência.

Não há outras normas ou interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1. Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

3.1.1. Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A provisão para imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

A provisão para imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação, além dos prejuízos fiscais e a base negativa da contribuição social. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

A determinação da provisão para imposto de renda e contribuição social ou imposto de renda diferido, ativo e passivo, e qualquer provisão para perdas nos créditos fiscais requer estimativas da Administração.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos--Continuação

3.1. Estimativas e premissas contábeis críticas--Continuação

3.1.1. Imposto de renda, contribuição social e outros impostos--Continuação

Para cada crédito fiscal futuro, a Companhia avalia a probabilidade de parte ou do total do ativo fiscal não ser recuperável. A provisão para desvalorização depende da avaliação, pela Companhia, da probabilidade de geração de lucros tributáveis no futuro baseado nas projeções preparadas e aprovação pelo Conselho de administração da Companhia.

3.1.2. Contingências

A Companhia é parte envolvida em vários processos judiciais e administrativos. Provisões são reconhecidas para todos os processos judiciais que representam perdas prováveis (obrigação presente como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança). A probabilidade de perda é avaliada com base na evidência disponível, inclusive a opinião dos consultores legais internos e externos. A Companhia acredita que essas contingências estão reconhecidas adequadamente nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

3.1.3. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa ("UGC") excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da UGC objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diversas UGCs, incluindo análise de sensibilidade, são detalhadas na Nota 15.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos--Continuação

3.1. Estimativas e premissas contábeis críticas--Continuação

3.1.4. Partes relacionadas

Conforme descrito na Nota 13, a Companhia possui contratos de mútuo com acionistas e também concedeu avais aos mesmos acionistas nos montantes de R$ 245.064 e R$ 42.381 em 31 de dezembro de 2017, respectivamente.

O reconhecimento de saldo de mútuos com os acionistas está condicionado à capacidade da Companhia gerar lucros suficientes para o pagamento de dividendos que possibilitem aos mesmos honrar com seu pagamento. As projeções elaboradas pela Companhia indicam geração de lucros para pagamento dos dividendos suficientes para realização do saldo até 2026, e estão sujeitas a premissas e julgamentos que podem ser afetadas por condições de mercado, tais como crescimento das operações e níveis de rentabilidade.

4. Gestão de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial, risco de taxa de juros de valor justo e risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de crédito e risco de liquidez.

A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e os impactos.

4. Gestão de risco financeiro--Continuação

4.1. Fatores de risco financeiro

(a) Risco de mercado

(i) Risco cambial

A Companhia avalia sua exposição cambial subtraindo seus passivos de seus ativos em dólar dos Estados Unidos ("USD") e Euros ("EURO") permanecendo assim com sua exposição cambial líquida, que é o que realmente será afetado por um movimento da moeda estrangeira. Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 exposição cambial em reais estava assim apresentada:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Ativo				
Contas a receber				
Em USD	4.487	2.115	4.499	2.115
	4.487	2.115	4.499	2.115
Passivo				
Fornecedores				
Em USD	(14.901)	(30.113)	(14.909)	(34.258)
Em Euros	(13.816)	(16.625)	(15.894)	(19.325)
Empréstimos				
Em USD	(7.018)	(7.831)	(7.018)	(7.831)
	(35.735)	(54.569)	(37.821)	(61.414)
Exposição líquida	(31.248)	(52.454)	(33.322)	(59.299)

A Companhia para garantir o equilíbrio de sua exposição cambial, contratou derivativos em dólar dos Estados Unidos ("USD") no mercado financeiro.

Em virtude das obrigações financeiras de diversas naturezas assumidas pela Companhia em moedas estrangeiras, foi implantada uma "Política de Proteção Cambial", que estabelece níveis de exposição vinculados a esses riscos. Consideram-se valores em moeda estrangeira dos saldos a receber e a pagar de compromissos já assumidos e registrados nas demonstrações contábeis oriundos das operações da companhia decorrentes de:

4. Gestão de risco financeiro--Continuação

4.1. Fatores de risco financeiro--Continuação

(a) Risco de mercado--Continuação

(i) Risco cambial--Continuação

(i) Compras de insumos para a produção
(ii) Importação de máquinas e equipamentos
(iii) Dívidas em moeda estrangeira
(iv) Vendas a clientes mercado externo

As operações com derivativos visam exclusivamente mitigar os riscos cambiais associados a posições no balanço patrimonial. A companhia contrata para exposições cambiais operações com derivativos denominadas compra a termo de moeda Forward. As perdas ou ganhos ao término do contrato são reconhecidos em ganhos ou perdas no resultado financeiro. A contraparte passiva em 31 de dezembro de 2017 está abaixo apresentada:

A seguir, estão os valores contratuais destes derivativos:

	Consolidado			
	Valor contratado atualizado		Saldo Ativo/(Passivo)	
	2017	2016	2017	2016
Modalidade da Operação				
"Forwards" financeiros	9.924	105.927	(41)	(3.381)

(ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Para mitigar esse risco, as aplicações financeiras contratadas são valorizadas com base na variação do CDI e os contratos de financiamentos existentes são de longo prazo contratados com instituições financeiras de primeira linha, com encargos calculados de acordo com as condições usuais praticadas de mercado.

Conforme descrito na Nota 13, a Companhia possui recebíveis com partes relacionadas com vencimentos a partir de 2015 em montantes significativos e que serão liquidados com recursos próprios dos acionistas ou provenientes de dividendos. A administração espera que existam lucros suficientes para o pagamento de dividendos que possibilitem aos sócios honrar com esses recebíveis em aberto.

4. Gestão de risco financeiro--Continuação

4.1. Fatores de risco financeiro--Continuação

(b) Risco de crédito

Embora a Companhia possua um saldo bastante pulverizado no contas a receber de clientes, busca junto a sua área de crédito e cobrança procedimentos que garantam a concretização destes recebíveis de forma a mitigar quaisquer riscos de perdas. A Companhia mantém ainda registrado provisão para devedores duvidosos adequada.

Com relação aos valores a receber decorrentes de contratos com seus acionistas, a exposição máxima ao risco de crédito refere-se ao montante a receber de R$ 245.064 em 31 de dezembro de 2017 (R$ 225.875 em 31 de dezembro de 2016 – (vide nota 13), no caso de inadimplemento por parte dos mesmos, a Companhia estará sujeita a ter que reconhecer uma perda com impacto na sua posição patrimonial e financeira e no resultado das operações. Este risco surge caso a Companhia não gere lucros suficientes que permitam a distribuição de dividendos aos seus acionistas, cujos valores seriam utilizados para quitação dos mútuos, bem como da impossibilidade dos mesmos de quitarem integralmente os valores devidos a Companhia com utilização de seus patrimônio pessoal.

Em relação às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras consideradas de primeira linha.

(c) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A seguir, estão os vencimentos contratuais dos principais passivos financeiros, conforme o balanço patrimonial:

4. Gestão de risco financeiro--Continuação

4.1. Fatores de risco financeiro--Continuação

(c) Risco de liquidez--Continuação

(i) Controladora

							2017
							Vencimentos
Passivos financeiros não derivativos	Valor contábil	Fluxo de caixa Contratual	2018	2019	2020	2021	2022 a 2024
Fornecedores	151.692	159.802	151.455	5.319	3.028	-	-
Partes relacionadas	49.477	49.477	15.340	34.137	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	259.869	273.450	212.752	48.972	10.219	1.144	363
	461.038	482.729	379.547	88.428	13.247	1.144	363

(ii) Consolidado

							2017
							Vencimentos
Passivos financeiros não derivativos	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	2018	2019	2020	2021	2022 a 2024
Fornecedores	179.571	191.884	182.510	6.346	3.028	-	-
Empréstimos e financiamentos	260.710	273.450	212.752	48.972	10.219	1.144	363
	440.281	465.334	395.262	55.318	13.247	1.144	363

4. Gestão de risco financeiro--Continuação

4.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2017 podem ser assim sumariados:

	Consolidado	
	2017	**2016**
Total dos empréstimos (Nota 18)	260.710	297.160
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(40.840)	(62.932)
Divida líquida	219.870	234.228
Total do patrimônio líquido	120.984	127.702
Total do capital	340.854	361.930
Índice de alavancagem financeira - %	0,65%	65%

4.3. Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes, contas a pagar aos fornecedores assim como os saldos de empréstimos e financiamentos pelo valor contábil, menos a perda (impairment) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.

A tabela abaixo classifica os instrumentos financeiros contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue:

•Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1);
•Informações, além dos preços cotados incluídas no nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (Nível 2);
•Informações para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis) (Nível 3).

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos da Companhia mensurados ao valor justo em 31 de dezembro de 2017.

Passivo				Consolidado
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo total
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	-	41	-	41
	-		-	

Não houve transferência entre os Níveis 1 e 2 durante o exercício.

5. Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* é avaliada periodicamente. Os saldos entre partes relacionadas representam um risco de crédito irrelevante e as instituições financeiras em que a Companhia realiza transações são de primeira linha. Nenhum dos ativos financeiros, totalmente adimplentes, foi renegociado no último exercício.

	Consolidado	
	2017	2016
Partes relacionadas		
Grupo 1 - a vencer	245.064	225.875
Contas a receber de clientes		
Grupo 2 - a vencer	77.229	77.317
Grupo 3 - vencidas até 180 dias	13.026	7.874
	335.319	311.066

As contas bancárias e os investimentos de curto prazo são mantidos junto a bancos com boa avaliação pelas agências de avaliação de risco. Nenhum dos ativos financeiros totalmente adimplentes foi renegociado no último exercício. Nenhum dos empréstimos às partes relacionadas está vencido ou *impaired*.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Caixa	56	29	56	29
Depósitos bancários	10.847	6.787	12.091	13.987
Aplicações de liquidez imediata	27.333	43.379	28.693	48.916
	38.236	50.195	40.840	62.932

As aplicações financeiras são CDBs remunerados com base na variação do CDI (entre 70% a 100%) e prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa, sendo desta forma considerada como equivalentes de caixa nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

7. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
No país	83.988	78.659	100.678	94.485
No exterior	4.487	2.115	4.499	2.115
Cheques em cobrança	132	115	132	116
	88.607	80.889	105.309	96.716
(-) Ajuste a valor presente	(1.522)	(1.331)	(1.907)	(1.799)
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(11.628)	(8.645)	(13.149)	(9.726)
	75.457	70.913	90.253	85.191

O prazo médio de recebimento praticado pela Companhia é de 45 dias.

(a) Contas a receber por moeda

As contas a receber de clientes e demais contas a receber da Companhia são denominadas nas seguintes moedas:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Reais	84.120	78.774	100.809	94.601
Dólares norte americanos	4.487	2.115	4.500	2.115
	88.607	80.889	105.309	96.716

(b) Contas a receber por vencimento

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
A vencer	65.854	65.763	79.134	79.116
Vencidas até 180 dias	11.125	6.481	13.026	7.874
Vencidas acima de 180 dias	11.628	8.645	13.149	9.726
	88.607	80.889	105.309	96.716

7. Contas a receber de clientes--Continuação

(b) Contas a receber por vencimento--Continuação

As movimentações na provisão para devedores duvidosos de contas a receber de clientes da Companhia são as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Início do exercício social	(8.645)	(5.998)	(9.726)	(6.620)
Provisão para devedores duvidosos de clientes	(3.273)	(2.647)	(3.714)	(3.106)
Baixas de incobráveis no período	290	-	291	-
Reversão de devedores incobráveis no período		-		-
	(11.628)	(8.645)	(13.149)	(9.726)

8. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Produtos acabados	19.302	19.388	23.220	22.391
Produtos em elaboração	9.072	8.244	10.635	10.338
Matérias-primas	24.083	16.772	28.898	24.102
Material de uso e consumo	1.962	1.837	2.547	2.536
Adiantamentos a fornecedores	707	4.072	995	4.074
Provisão para estoques obsoletos	(586)	(632)	(1.034)	(933)
Ajuste a valor presente	(2.603)	(2.892)	(3.385)	(4.196)
Outros	1.575	1.340	2.545	1.346
	53.512	48.129	64.421	59.658

Movimentação da provisão para estoques obsoletos

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**(294)**	**(486)**
Adições	**(338)**	**(447)**
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**(632)**	**(933)**
Adições	**(607)**	**(951)**
Baixas	**653**	**850**
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**(586)**	**(1.034)**

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possuía estoques dados em garantia.

9. Impostos e contribuições a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2017	**2016**	**2017**	**2016**
ICMS – CIAP	**1.199**	1.438	**1.595**	1.918
ICMS a recuperar	**1.030**	817	**1.030**	817
ICMS garantido	**1.527**	1.527	**2.654**	2.654
IPI	**373**	409	**373**	409
PIS e COFINS	**766**	3.138	**968**	3.655
IRPJ	**2.717**	1.564	**2.988**	1.791
CSLL	**659**	404	**700**	404
INSS	**3.503**	4.361	**3.792**	4.684
Total	**11.774**	13.658	**14.100**	16.332
Circulante	**9.043**	10.942	**9.918**	12.044
Não circulante	**2.731**	2.716	**4.182**	4.288

10. Impostos de renda e contribuição social diferidos, líquidos

Os impostos diferidos ativos e passivos tem a seguinte origem:

	Controladora		Consolidado	
	2017	**2016**	**2017**	**2016**
IR e CS diferidos ativos				
Provisões	6.525	6.636	9.255	9.235
Prejuízos fiscais	8.453	14.660	14.831	19.805
	14.978	21.296	24.086	29.040
IR e CS diferidos passivos				
Depreciação acelerada incentivada	(5.834)	(6.818)	(5.834)	(6.818)
Custo atribuído	(43.389)	(43.368)	(43.688)	(43.705)
Reavaliação ativo imobilizado	(2.441)	(2.489)	(7.645)	(2.489)
Outras temporárias	(1.771)	(1.167)	(1.771)	(5.303)
Ajuste a valor presente	(1.355)	(1.717)	(2.387)	(3.817)
	(54.790)	(55.559)	(61.325)	(62.132)
IR e CS diferidos passivos*	(39.812)	(34.263)	(39.812)	(34.659)
IR e CS diferidos ativo**			2.573	1.567

*O IR e CS diferidos passivos líquidos consolidados são apresentados deduzidos dos respectivos impostos ativos diferidos das controladas.
**O IR e CS diferidos ativo líquido de controlada Copobras da Amazônia apresentado deduzidos dos respectivos impostos passivos diferidos.

10. Impostos de renda e contribuição social diferidos, líquidos-- Continuação

Os impostos diferidos do resultado têm a seguinte origem:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	48.622	13.445	47.628	17.128
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(16.531)	(4.571)	(16.193)	(5.824)
Exclusões (adições) permanentes				
Equivalência patrimonial	(977)	817	-	-
Incentivos fiscais	947	904	978	1.254
Brindes, Doações e Bonificações	(810)	(390)	(1.062)	(503)
Despesas indedutíveis	(309)	(218)	(333)	(249)
Outros	122	(2.236)	123	(2.438)
Efeito dos impostos no resultado do exercício	(17.558)	(5.694)	(16.487)	(7.760)
Corrente	(12.467)	(4.399)	(12.797)	(5.172)
Diferido	(5.091)	(1.295)	(3.690)	(2.588)
Alíquota efetiva	36%	42%	35%	45%

A Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico, reconheceu créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social de exercícios anteriores, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis.

A Administração estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos acumulados nos seguintes exercícios:

Ano	Controladora	Consolidado
2018	**2.444**	**4.289**
2019	**2.754**	**4.832**
2020	**3.007**	**5.277**
2021	**248**	**433**
	8.453	**14.831**

10. Impostos de renda e contribuição social diferidos, líquidos-- Continuação

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

11. Outras contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Precatórios	3.551	3.551	3.551	3.551
Despesas antecipadas	463	400	463	400
Títulos a receber	2.644	5.304	2.644	5.304
Outras contas a receber	1.064	2.274	1.113	704
	7.722	11.529	7.771	9.959
Circulante	2.203	3.263	2.252	1.693
Não Circulante	5.519	8.266	5.519	8.266

O saldo de títulos a receber refere-se ao saldo a receber da empresa Interpolyers Comércio de Importação e Exportação Ltda. Este saldo será recebido em 27 parcelas (35 parcelas em 31 de dezembro de 2016) mensais e consecutivas, sendo o mesmo firmado entre as partes em novembro de 2016. Em 31 de dezembro de 2017 a empresa constituiu provisão para perdas no montante de R$1.747, visto que, os pagamentos vêm sendo efetuados fora do prazo estipulado em contrato.

12. Ativos mantidos para venda

	Consolidado				
	Terrenos	Edidicações	Máquinas e equipametos	Veículos	Total
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2016	**681**	**-**	**423**	**147**	**1.251**
Adições	4.978	33.671	-	-	38.649
Baixas	-	-	(45)	(25)	(70)
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2017	**5.659**	**33.671**	**378**	**122**	**39.830**
Circulante	4.978	33.671	-	-	38.649
Não circulante	681	-	378	122	1.181

Conforme ata de reunião extraordinária da diretoria, a Companhia promoveu a reclassificação do imóvel onde fica localizada sua unidade na Paraíba para ativos não circulantes mantidos para venda, uma vez que o imóvel será alvo de uma operação de "Sale Leaseback".

A Companhia mandatou a Fran Capital, fundo de investimento imobiliário, constituído sob a forma de condomínio fechado, para que atue como mandatária na procura de investidores interessados e na estruturação e concretização da respectiva operação de "Sale Leaseback".

A presente reclassificação contábil do imóvel foi aprovada dado sua disponibilidade imediata e alta probabilidade de venda, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC nº 31 Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada.

A Companhia espera concretizar a operação ainda dentro do exercício de 2018.

13. Transações com partes relacionadas

(a) Saldos e transações

	2017				
	Contas a receber de clientes	Mútuo ativo não circulante	Fornecedores	Mútuo passivo não circulante	Receita de vendas
Acionistas	-	245.064	-	-	-
Incoplast Embalagens do Nordeste Ltda.	2.056	-	20.945	48.811	17.313
Copobras da Amazônia Ind. de Embalagens Ltda.	150	-	-	666	3
	2.206	245.064	20.945	49.477	17.316

	2016				
	Contas a receber de clientes	Mútuo ativo não circulante	Fornecedores	Mútuo passivo não circulante	Receita de vendas
Acionistas	-	225.875	-	-	-
Incoplast Embalagens do Nordeste Ltda.	3.151	-	12.601	49.508	11.208
Copobras da Amazônia Ind. de Embalagens Ltda.	89	-	-	8.014	1
Stickplast Industrial de Plásticos Ltda.*	-	-	-	111	-
	3.240	225.875	12.601	57.633	11.209

**A empresa Stickplast Industrial de Plásticos Ltda é uma empresa de controle comum a um dos acionistas da Companhia.*

O saldo de contas a receber contempla somente os valores a receber pela venda de produtos, cujo prazo médio de recebimento é de 45 dias. O saldo de fornecedores refere-se a valores resultantes de compras de materiais entre as partes relacionadas com prazo médio de recebimento de 120 dias. As transações de compra e venda de produtos e materiais entre as partes são realizadas em condições acordadas entre as partes.

O saldo de mútuo passivo refere-se a valores resultantes de transações financeiras entre as partes relacionadas com prazos definidos em contratos. O saldo de mútuo ativo refere-se a valores a receber dos acionistas (pessoas físicas), comentado abaixo.

13. Transações com partes relacionadas--Continuação

(a)Saldos e transações—Continuação

(a.1) Mútuo ativo não circulante--Continuação

Os contratos de mútuos são corrigidos pelo IGP-M e acrescidos de juros de 1,5% a.m. A partir de 31 de março de 2016, os contratos passaram a considerar a sistemática de juros compostos ao invés da aplicação de juros simples como anteriormente previsto. Esta alteração foi aplicada de forma retrospectiva pela Companhia, impactando o resultado do exercício de 2016 em R$13.069, reconhecidos como receita financeira na rubrica "Variações monetárias".

A decisão de considerar a sistemática de juros compostos foi tomada em reunião extraordinária de diretoria em 15 de fevereiro de 2016, com o objetivo de alinhar os termos dos contratos de mútuos firmados com acionistas da Companhia, de modo que sua incidência se desse de forma capitalizada, visto que todos os aportes por esta captação com instituições financeiras e/ ou congêneres são remunerados a aplicação dos juros contratados de forma capitalizada.

A partir de 01 de maio de 2017 a Companhia deixou de considerar a variação do IGP-M na atualização dos contratos de mútuos. Esta decisão foi tomada em reunião extraordinária do Conselho de Administração em 25 de maio de 2017 e com base no termo aditivo de contrato de repactuação e renegociação dos contratos de mútuo financeiro com objetivo de adequação ao atua cenário econômico-financeiro.

A administração da Companhia considera que os mútuos sejam pagos principalmente através de retenção de dividendos oriundos de resultados futuros, ou alternativamente através da venda das ações da Companhia detida pelos acionistas a terceiros, com os recursos sendo utilizados preferencialmente na quitação do recebível. Caso os pagamentos de mínimos não sejam realizados nas datas previstas, a diferença paga a menor será acumulada para a quitação preferencial com dividendos disponibilizados subsequentemente. Adicionalmente, os acionistas possuem patrimônio pessoal que poderá, eventualmente, dar cobertura parcial à quitação dos mútuos, na medida em que essa fonte adicional de recursos seja necessária.

13. Transações com partes relacionadas--Continuação

(a) Saldos e transações—Continuação

(a.1) Mútuo ativo não circulante--Continuação

A abertura do saldo de mútuos em 31 de dezembro de 2017 está apresentada conforme abaixo:

	2017				
	Principal	Juros remuneratórios*	IGP-M	Juros	Total
Mário Schlickmann	25.860	7.881	9.021	39.365	82.127
Milton Schlickmann	22.497	7.912	8.994	38.852	78.255
Marcelo Schlickmann	21.224	6.848	7.879	34.222	70.173
Janio Dinarte Koch	4.398	1.437	1.627	7.047	14.509
	73.979	24.078	27.521	119.486	245.064

** Juros remuneratórios referem-se ao valor de mútuos concedidos para pagamento de juros remuneratórios e demais acessórios pagos sobre avais na pessoa física.*

A Companhia e seus acionistas firmaram termo de acordo de compromisso visando a quitação dos contratos de mútuos, mediante os quais comprometem-se, ainda, não contrair novos mútuo/ou avais com a Companhia, exceto se:

- para substituição, total ou parcial, de (i) avais outorgados pela Companhia em favor das Partes; e/ou (ii) mútuos até então contraídos pelas Partes com a Companhia, por outro(s) aval(is) e/ou mútuo (s), desde que o valor, individual ou agregado, do principal, considerando os avais e os mútuos referidos nos itens (i) e (ii) desta alínea, em conjunto, não seja superior a R$ 142.000 ou seu equivalente em outras moedas;

- o mútuo concedido pela Companhia seja utilizado exclusivamente para o pagamento de juros remuneratórios e demais acessórios, se aplicável, decorrente dos avais referidos no item (i) da alínea (a) acima.

As receitas financeiras decorrentes dos contratos de mútuos em 31 de dezembro de 2017 totalizaram R$ 47.045 (R$ 59.173 em 31 de dezembro de 2016), e estão reconhecidas na rubrica "Variações monetárias".

13. Transações com partes relacionadas--Continuação

(a) Saldos e transações--Continuação

(a.2) Avais prestados

Adicionalmente, a Companhia prestou aval aos acionistas para captação de recursos junto a instituições financeiras, cujo montante do principal em 31 de dezembro de 2017 é de R$ 42.381 (R$ 47.001 em 31 de dezembro de 2016). A seguir estão demonstrados os valores do principal dos avais prestados e vencimentos:

Acionista	2018	2019	Total
Mário Schlickmann	8.837	3.053	11.890
Milton Schlickmann	7.500	2.497	9.997
Marcelo Schlickmann	6.131	1.889	8.020
Janio Dinarte Koch	8.468	4.006	12.474
	30.936	11.445	42.381

O valor justo estimado destas garantias financeiras concedidas foi considerado pela Administração como sendo zero e nenhuma provisão foi registrada como passivo financeiro nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

13. Transações com partes relacionadas--Continuação

(a) Saldos e transações--Continuação

(a.3) Projeção de resultados

Em função dos compromissos mencionados nos itens supracitados, a Companhia preparou uma projeção de resultados visando demonstrar: (i) a capacidade de geração de lucros suficientes a distribuição de dividendos e, por consequência, viabilizando a quitação dos mútuos pelos acionistas; e (ii) a geração de fluxos de caixa suficientes para a quitação de mútuos avalizados pela Companhia em nome dos acionistas.

A Companhia em suas projeções de resultado, estima a geração de dividendos suficientes para o pagamento dos mútuos e avais, e seus devidos juros e correções, até o exercício 2026.

(a.4) Demais informações sobre as transações com partes relacionadas

Não houve perdas reconhecidas no exercício de 2017 relacionadas a dívidas incobráveis com partes relacionadas e também não são esperadas perdas sobre os recebíveis mantidos com partes relacionadas no ativo em 31 de dezembro de 2017, motivo pelo qual a Administração não constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa relativa a esses valores.

O pessoal-chave da administração corresponde aos acionistas e diretores da Companhia. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração, por seus serviços, está apresentada a seguir:

	Consolidado	
	2017	2016
Salários e outros benefícios de curto prazo	9.336	6.096

14. Investimento em controladas

(a)Informações sobre investimentos

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens e suas controladas Copobras da Amazônia Industrial de Embalagens Ltda e Incoplast Embalagens do Nordeste Ltda conforme apresentado a seguir:

	2017		
	Copobras da Amazônia	Incoplast	Total
Patrimônio líquido	5.650	56.361	-
Resultado do exercício	203	(3.000)	-
% de participação no capital	26,7%	97,6%	-
Movimentação do investimento			
Saldo no início do exercício	1.506	57.936	59.442
Distribuição de dividendos	(54)	-	(54)
Equivalência patrimonial	54	(2.928)	(2.874)
Saldo no final do exercício	1.506	55.008	56.514

	2016		
	Copobras da Amazônia	Incoplast	Total
Patrimônio líquido	5.650	59.361	-
Resultado do exercício	2.144	1.875	-
% de participação no capital	26,7%	97,6%	-
Movimentação do investimento			
Saldo no início do exercício	1.736	57.119	58.855
Distribuição de dividendos	(802)	(1.013)	(1.815)
Equivalência patrimonial	572	1.830	2.402
Saldo no final do exercício	1.506	57.936	59.442

(i) Incoplast Embalagens do Nordeste Ltda. é uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada que tem por objetivo principal a fabricação e comercialização de embalagens plásticas flexíveis, produtos termoformados descartáveis para embalagem e acondicionamento, bandejas expandidas e recuperação de materiais plásticos em geral situada na cidade de João Pessoa no estado da Paraíba.

14. Investimento em controlada--Continuação

(a) Informações sobre investimentos--Continuação

(ii) Em novembro de 2014 a Companhia adquiriu 26,7% das quotas da Copobras da Amazônia Industrial de Embalagens Ltda. que é uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada que tem por objetivo principal a fabricação e comercialização de produtos termoformados descartáveis para embalagem e acondicionamento, de uso doméstico ou industrial, laminados plásticos ou outros polímeros, situada na cidade de Manaus, no estado de Amazonas.

(b) Resumo das informações financeiras--Continuação

O quadro abaixo apresenta um resumo das informações financeiras das controladas.

(i) Balanço patrimonial sintético

	Controladas			
	Incoplast do Nordeste		Copobras da Amazônia	
	2017	2016	2017	2016
Ativo				
Circulante	34.574	41.861	6.609	5.259
Não circulante	68.236	76.489	8.009	15.627
Total do ativo	102.810	118.350	14.618	20.886
Passivo				
Circulante	36.492	54.252	8.725	13.769
Não circulante	9.957	4.737	243	1.467
Total do passivo	46.449	58.989	8.968	15.236
Patrimônio líquido	56.361	59.361	5.650	5.650

(ii) Demonstração do resultado sintética

	Controladas			
	Incoplast do Nordeste		Copobras da Amazônia	
	2017	2016	2017	2016
Receitas	128.439	125.860	30.880	30.094
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(4.406)	2.939	538	3.146
Lucro líquido	(3.000)	1.875	203	2.144

15. Intangível

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Ágio	28.250	28.250	28.250	28.250
Software	2.804	2.258	2.838	2.290
Marcas e patentes	1.721	1.467	1.721	1.467
Amortização acumulada	(2.642)	(2.277)	(2.674)	(2.308)
	30.133	29.698	30.135	29.699

Ágio

O ágio gerado na aquisição da Braspack S/A está reconhecido pelo valor de R$ 28.250 é atribuível à expectativa de rentabilidade futura.

Teste do intangível para verificação de *impairment:*

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia avaliou a recuperação do montante do ágio com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado. Não ocorreu nenhum fato durante o ano que leve a suscitar dúvidas quanto a realização. O valor recuperável do fluxo de caixa é baseado na expectativa de rentabilidade futura. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela Administração para um período de dez anos e extrapolados a perpetuidade nos demais períodos com base nas taxas de crescimento estimadas. Em 31 de dezembro de 2017, o valor recuperável do fluxo de caixa para fins de teste de *impairment* não demonstrou necessidade de reconhecimento de perda no período. As premissas-chave utilizadas no teste de *impairment* são as que seguem:

15. Intangível--Continuação

	2017	2016
	Braspack	Braspack
Taxa de crescimento estimada anual %	5,5%	5,5%
Taxa de desconto anual %	15,34%	15,50%
Período em anos	10	10
Dispêndio anual em imobilizado – R$	500	500
Valor recuperável - R$	33.078	34.942

Tanto o volume de vendas como os custos e despesas operacionais foram projetados levando em consideração a taxa de crescimento estimada anual alocada a uma projeção prevista de dez anos. Esta taxa se baseia no desempenho passado e nas expectativas da administração para o desenvolvimento do mercado.

A taxa de desconto anual leva em conta a média do custo de captação que a Companhia vem praticando em suas captações de recursos no mercado financeiro.

O dispêndio anual para aquisição de imobilizado diz respeito aos desembolsos de caixa esperados no segmento para reforma/manutenção das máquinas. Ele se baseia na experiência histórica da administração e no dispêndio planejado para a reforma/manutenção pós-aquisição do negócio. Nenhuma receita incremental ou economia de custo foi considerada no modelo de valor em uso como resultado desse dispêndio.

16. Imobilizado

(a) Controladora

	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Equipamentos de processamento de dados	Outros ativos fixos	Imobilizado em andamento	Total
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2015	**34.880**	**80.194**	**121.707**	**813**	**3.539**	**695**	**3.641**	**7.668**	**253.137**
Adições	2.868	214	2.722	26	-	52	31	3.408	9.321
Baixas	-	-	(3.522)	(1)	-	(1)	(34)	(45)	(3.603)
Transferências	-	-	397	16	-	16	1.472	(1.901)	-
Depreciação	-	(2.210)	(15.746)	(210)	(373)	(211)	(648)	-	(19.398)
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2016	**37.748**	**78.198**	**105.558**	**644**	**3.166**	**551**	**4.462**	**9.130**	**239.457**
Adições	-	116	1.591	16	67	92	9	6.119	8.010
Baixas	-	-	(728)	-	(12)	-	-	(476)	(1.216)
Transferências para bens destinados a venda	(4.978)	(33.671)	-	-	24	-	-	-	(38.625)
Baixa crédito Pis/Cofins prédios	-	(1.521)	-	-	-	-	-	-	(1.521)
Transferências	-	54	4.680	22	107	24	21	(4.908)	-
Depreciação	-	(2.011)	(14.340)	(148)	(456)	(207)	(435)	-	(17.597)
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2017	**32.770**	**41.165**	**96.761**	**534**	**2.896**	**460**	**4.057**	**9.865**	**188.508**
Em 31 de dezembro de 2017									
Custo	32.770	55.726	280.725	2.840	6.817	4.387	11.973	9.865	405.103
Depreciação acumulada	-	(14.561)	(183.964)	(2.306)	(3.921)	(3.927)	(7.916)	-	(216.595)
Saldo contábil, líquido	32.770	41.165	96.761	534	2.896	460	4.057	9.865	188.508
Taxa média ponderada de depreciação %		2%	7%	13%	17%	25%	10%		

16. Imobilizado--Continuação

(b) Consolidado

	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Equipamentos de processamento de dados	Outros ativos fixos	Imobilizado em andamento	Total
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2015	**39.261**	**80.540**	**145.831**	**893**	**3.567**	**786**	**3.791**	**7.808**	**282.477**
Adições	2.874	243	6.588	35	-	59	32	3.659	13.490
Baixas	-	-	(3.761)	(1)	-	(1)	(34)	(45)	(3.842)
Transferências	-	-	630	16	-	16	1.472	(2.134)	-
Depreciação		(2.249)	(19.571)	(232)	(383)	(240)	(672)	-	(23.347)
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2016	**42.135**	**78.534**	**129.717**	**711**	**3.184**	**620**	**4.589**	**9.288**	**268.778**
Adições	-	116	2.343	21	67	104	49	6.904	9.604
Baixas	-	-	(5.295)	(2)	(12)	-	-	(476)	(5.785)
Transferências para bens destinados venda	(4.978)	(33.671)	-	-	24	-	-	-	(38.625)
Baixas crédito Pis/Cofins prédios	-	(1.521)	-	-	-	-	-	-	(1.521)
Transferências	-	65	4.820	22	107	24	21	(5.059)	-
Depreciação	-	(2.042)	(18.543)	(173)	(463)	(236)	(457)	-	(21.914)
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2017	**37.157**	**41.481**	**113.042**	**579**	**2.907**	**512**	**4.202**	**10.657**	**210.537**
Em 31 de dezembro de 2017									
Custo	37.157	56.510	318.895	3.016	6.873	4.691	12.202	10.657	450.001
Depreciação acumulada	-	(15.029)	(205.853)	(2.437)	(3.966)	(4.179)	(8.000)	-	(239.464)
Saldo contábil, líquido	37.157	41.481	113.042	579	2.907	512	4.202	10.657	210.537
Taxa de depreciação %		2%	7%	13%	17%	25%	10%		

16. Imobilizado--Continuação

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado periodicamente, sendo que em 31 de dezembro de 2017, não houve indicadores de perda por redução ao valor recuperável, que gerasse a necessitasse de teste de impairment.

O saldo de imobilizado em andamento em 31 de dezembro de 2017 refere-se substancialmente aos gastos incorridos na aquisição de máquinas, construções e outros ativos, que serão concluídos entre 2017 e 2019.

Controladora

O montante de R$ 15.852 em 31 de dezembro de 2017, (R$ 16.855 em 2016) referente à despesa de depreciação foi reconhecido no resultado em "Custo das vendas", R$ 375 (R$ 418 em 2016) em "Despesas com vendas" e R$ 1.474 (R$ 2.125 em 2016) em "Despesas administrativas".

Em 31 de dezembro de 2017 os empréstimos bancários estão garantidos por terrenos, edificações e máquinas no valor de R$ 126.052 e em 31 de dezembro 2016 no valor de R$ 123.250.

Consolidado

O montante de R$ 20.096 em 31 de dezembro de 2017, (R$ 20.735 em 2016) referente à despesa de depreciação foi reconhecido no resultado em "Custo das vendas", R$ 427 (R$ 465 em 2016) em "Despesas com vendas" e R$ 1.495 (R$ 2.147 em 2016) em "Despesas administrativas".

Em 31 de dezembro de 2017 os empréstimos bancários estão garantidos por terrenos, edificações e máquinas no valor de R$ 127.150 e em 31 de dezembro de 2016 no valor de R$ 124.348.

Em 14 de maio de 2015 a Companhia adquiriu através do contrato de arrendamento mercantil Safra Leasing S/A Arrendamento Mercantil, no valor de R$ 3.554,01 (um) helicóptero Robinson R66, reconhecido na rubrica "Veículos" cujo valor residual em 31 de dezembro de 2017 é de R$ 2.635.

A Companhia possui itens registrados no ativo imobilizado totalmente depreciados que continuam em operação. A composição destes itens está apresentada a seguir:

16. Imobilizado--Continuação

Custo	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Máquinas e equipamentos	42.286	33.804	43.981	34.696
Equipamentos e processamento de dados	2.830	2.754	2.971	2.873
Instalações	1.130	1.130	1.130	1.130
Móveis e utensílios	1.645	1.270	1.657	1.279
Veículos	2.754	2.814	2.754	2.814
Outros	5.225	5.050	5.227	5.052
Total	55.870	46.822	57.720	47.844

17. Fornecedores e Fornecedores risco sacado

Fornecedores	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Fornecedores nacionais	131.085	96.690	161.081	150.249
Fornecedores internacionais	28.717	46.738	30.803	53.583
Ajuste a valor presente	(8.110)	(9.274)	(12.313)	(16.022)
	151.692	134.154	179.571	187.810
Circulante	143.345	122.315	170.197	174.192
Não Circulante	8.347	11.839	9.374	13.618

Os saldos de fornecedores são referentes a compras de insumos e maquinário utilizados na produção.

Fornecedores risco sacado

Fornecedores	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Fornecedores risco sacado	-	18.471	-	18.471
Ajuste a valor presente risco sacado	-	(1.552)	-	(1.552)
	-	16.919	-	16.919

17. Fornecedores e Fornecedores risco sacado -- Continuação

Fornecedores risco sacado -- Continuação

A Companhia contrata operações denominadas risco sacado junto a instituições financeiras e apresenta estas operações sobre a rubrica de fornecedores risco sacado. Esta operação visa alongar o prazo de pagamento aos fornecedores, sem no entanto, alterar os termos contratuais negociados com estes. O prazo médio de pagamento desses títulos é de 168.

O saldo de fornecedores risco sacado, é reconhecido ao seu valor presente, sendo o juros reconhecidos como despesa financeira no resultado do exercício pelo regime de competência.

18. Empréstimos e financiamentos

Os termos e condições dos empréstimos em aberto foram os seguintes:

	Controladora			
Modalidade	**Encargos anuais**	**Vencimento**	**2017**	**2016**
Em moeda nacional				
FINAME	6,40% Pré-fixada	2024	**1.411**	1.799
Capital de Giro	5,67% + CDI	2020	**79.995**	81.570
	7,50% + SELIC	2020	**26.304**	24.251
	21,1% Pré-Fixada	2020	**49.963**	12.173
Debêntures	4,41% + CDI	2019	**95.377**	169.704
Leasing	4,28% +CDI	2020	**2.344**	3.040
Comissões e taxas financiamentos			**(2.543)**	(4.187)
			252.851	288.350
Em moeda estrangeira				
Capital de giro	7,4% + variação cambial	2018	**7.018**	7.831
			7.018	7.831
			259.869	296.181
Parcela do circulante			**196.521**	144.742
Parcela do não circulante			**63.348**	151.439

18. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Modalidade	Consolidado			
	Encargos anuais	Vencimento	2017	2016
Em moeda nacional				
FINAME	6,40% Pré-fixada	2024	2.252	2.778
Capital de Giro	5,67% + CDI	2020	79.995	81.570
	7,5% + SELIC	2020	26.304	24.251
	21,1% Pré-Fixada	2020	49.963	12.173
Debêntures	4,41% + CDI	2019	95.377	169.704
Leasing	4,28% + SELIC	2020	2.344	3.040
Comissões e taxas financiamentos			(2.543)	(4.187)
			253.692	289.329
Em moeda estrangeira				
Capital de Giro	7,4% + variação cambial	2018	7.018	7.831
			7.018	7.831
			260.710	297.160
Parcela do circulante			196.660	144.881
Parcela do não circulante			64.050	152.279

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia mantém em garantia das operações de empréstimos e financiamentos aval de empresas controladas e/ou hipoteca ou alienação fiduciária de terrenos, edificações, máquinas e equipamentos, penhor mercantil e cessão fiduciária de recebíveis com valor aproximado de R$ 217.697 (em 31 de dezembro de 2016 no valor de R$ 222.039). Outras operações mantêm garantias específicas conforme segue:

i) Em 31 de dezembro de 2017, para Capital de Giro BNDES AUTOMÁTICO – PROGEREN, a Companhia constituiu garantias reais no valor de R$ 27.543 (em 31 de dezembro de 2016 no valor de R$ 27.543).

ii) Em 31 de dezembro de 2017, as Debêntures emitidas em 14 de fevereiro de 2014 contavam com garantias reais no valor de R$ 56.200 (em 31 de dezembro de 2016 no valor de R$ 59.575); conforme segue:

- Alienação fiduciária de imóveis da Copobras S/A no valor de R$ 42.700;
- Cessão Fiduciária de direitos creditórios de titularidade da Copobras S/A no valor de 27,3% do saldo devedor das Debêntures.

18. Empréstimos e financiamentos--Continuação

iii) Em 31 de dezembro 2017 as Debêntures emitidas em 20 de agosto de 2015 contavam com garantias reais no valor de R$ 52.200 (em 31 de dezembro de 2016 no valor de R$ 58.800) conforme segue:

- Alienação fiduciária de imóveis da Copobras S/A no valor de R$ 43.800;
- Cessão Fiduciária de direitos creditórios de titularidade da Copobras S/A no valor de 15% do saldo devedor das Debêntures.

Em 31 de dezembro de 2017 as parcelas do não circulante têm os seguintes vencimentos:

	Controladora	Consolidado
2019	52.574	52.711
2020	9.328	9.465
2021 a 2024	1.446	1.874
	63.348	64.050

A movimentação dos saldos de empréstimos está apresentada abaixo:

	Controladora	
	2017	**2016**
Saldo inicial	296.181	307.085
Adições	138.707	102.636
Juros incorridos	38.953	54.252
Juros pagos	(40.507)	(51.970)
Amortizações de principal	(173.465)	(115.822)
Saldo final	259.869	296.181

18. Empréstimos e financiamentos--Continuação

	Consolidado	
	2017	**2016**
Saldo inicial	297.160	308.153
Adições	138.707	102.636
Saldo incorporação Braspack	-	-
Juros incorridos	38.998	54.303
Juros pagos	(40.553)	(52.025)
Amortizações	(173.602)	(115.907)
Saldo final	260.710	297.160

Os contratos de financiamentos mencionados anteriormente possuem cláusulas do tipo *debt covenants* que incluem a manutenção de índices mínimos de cobertura da dívida e coeficiente de endividamento, das quais destacamos:

(a) Manutenção do índice obtido da divisão da dívida líquida consolidada, mais as dívidas com sócios, pelo EBITDA, calculado em linha com o contrato da dívida, inferior a 3,0.

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia está em conformidade com a referida cláusula.

Debêntures

A Companhia efetuou três emissões de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional real, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação.

A primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia real, ocorreu em 16 de novembro de 2012, em série única de 5.500 debêntures, com valor nominal unitário de R$10.000. Esta foi liquidada integralmente em novembro de 2015, cumprindo rigorosamente o cronograma de liquidação.

A segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real ocorreu em 14 de fevereiro de 2014, em série única de 10.000 debêntures, com valor nominal unitário de R$10.000. Nas escrituras públicas de debêntures estão previstas certas condições restritivas, as quais requerem que a Companhia mantenha determinados índices financeiros que vêm sendo adequadamente atendidos. Esta foi parcialmente liquidada em 2015 e 2016, cumprindo rigorosamente o cronograma de liquidação.

18. Empréstimos e financiamentos--Continuação

A terceira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, para distribuição pública de esforços restritos de colocação ocorreu em 20 de agosto de 2015, em série única de 10.000 debêntures com valor nominal unitário de R$10.000.

Os contratos de debêntures mencionados anteriormente possuem cláusulas do tipo *debt covenants* que incluem a manutenção de índices mínimos de cobertura da dívida e coeficiente de endividamento, das quais destacamos:

(a) Manutenção do índice obtido da divisão da dívida líquida consolidada pelo EBITDA, calculado em linha com o contrato da dívida, inferior a 2,5;

(b) Índice de cobertura do serviço da dívida, calculado em conformidade ao descrito no contrato da dívida maior ou igual a 2,0 vezes.

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia está em conformidade com as referidas cláusulas.

19. Salários encargos e contribuições sociais

Os saldos estão assim compostos:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Salários e ordenados	14.539	13.940	16.557	16.258
INSS	2.288	2.190	2.731	2.615
FGTS	666	642	772	769
	17.493	16.772	20.060	19.642

20. Obrigações fiscais

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Parcelamento Lei 12.996/2014	10.819	10.933	10.819	10.933
ICMS	4.591	6.314	5.081	6.442
IPI	4.558	5.229	5.012	5.676
IPI/PIS/COFINS parcelados	46.988	20.606	49.474	20.673
COFINS/PIS	1.854	3.114	2.055	3.666
Parcelamento especial – PERT – MP 783/2017	49.532	-	53.508	-
Parcelamento ordinário INSS	1.512	-	1.736	-
Parcelamento ICMS PERC PE	1.741	-	1.741	-
Outros	4.450	1.407	4.607	1.978
	126.045	47.603	134.033	49.368
Circulante	28.897	19.305	30.994	21.025
Não Circulante	97.148	28.298	103.039	28.343

O incremento de tributos federais parcelados é oriundo da adoção pela Companhia do Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) onde foram incuídos os tributos devidos no período de novembro de 2016 a março de 2017, que alonga o prazo de pagamento deste no horizonte de 10 anos. A Companhia aderiu tabém ao Programa Especial de Recuperação de Créditos Tributários (PERC) instituído pela Sefaz/PE, onde foram incluídos débitos de ICMS. Em virtude do atraso e adesão aos programas de regularização tributária a Companhia registrou multa no montande de R$ 9.883 na rubrica de outras despesas operacionais.

21. Provisão para contingências e depósitos judiciais

A Companhia e suas controladas são envolvidas em processos judiciais e administrativos oriundos do curso normal de seus negócios, que incluem processos cíveis, tributários e trabalhistas.

A Companhia classifica os riscos de perda nos processos legais como "prováveis", "possíveis" ou "remotas". Provisões são reconhecidas para todos os processos judiciais que representam perdas prováveis (obrigação presente como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança).

21. Provisão para contingências e depósitos judiciais--Continuação

Conforme opinião dos consultores internos e externos da Companhia, a probabilidade de perda é avaliada com base na evidência disponível. A Companhia acredita que estas contingências estão reconhecidas adequadamente nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, conforme apresentado no quadro a seguir.

a) Provisão para contingências com perdas prováveis

	Controladora					
	Provisão para contingências		Depósitos judiciais		Líquido	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Tributários	**6.364**	25.474	**32.280**	20.472	**(25.916)**	5.002
Trabalhistas	**5.818**	4.818	**1.136**	1.547	**4.682**	3.271
Cíveis	**3.043**	3.262	**-**	-	**3.043**	3.262
Total	**15.225**	33.554	**33.416**	22.019	**(18.191)**	11.535

	Consolidado					
	Provisão para contingências		Depósitos judiciais		Líquido	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Tributários	**6.776**	25.509	**32.280**	20.472	**(25.504)**	5.037
Trabalhistas	**7.971**	6.923	**1.848**	2.690	**6.123**	4.233
Cíveis	**3.058**	3.277	**-**	-	**3.058**	3.277
Total	**17.805**	35.709	**34.128**	23.162	**(16.323)**	12.547

21. Provisão para contingências e depósitos judiciais--Continuação

a) Provisão para contingências com perdas prováveis--Continuação

A movimentação da provisão para riscos tributaries, cíveis e trabalhistas está apresentada no quadro abaixo:

	Controladora						
	Provisões			Depósitos judiciais			
	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2016	25.474	4.818	3.262	20.472	1.547	-	11.535
Adições	3.597	2.202	-	11.808	413	-	6.422
Baixas	(22.707)	(1.202)	(219)	-	(824)	-	(23.304)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	6.364	5.818	3.043	32.280	1.136	-	18.191

	Consolidado						
	Provisões			Depósitos judiciais			
	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2016	25.509	6.923	3.277	20.472	2.690	-	12.547
Adições	3.974	2.955	-	11.808	628	-	5.507
Baixas	(22.707)	(1.907)	(219)	-	(1.470)	-	(23.363)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	6.776	7.971	3.058	32.280	1.848	-	16.323

Tributárias

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia efetuou a reversão de provisão para riscos tributários no montante de R$ 22.707 relacionado ao processo judicial para exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS. O processo encontra-se sobrestado no TRF4, no qual aguarda resolução definitiva da matéria pelo STF em processo representativo da matéria. O referido Processo é o de nº RE 240.785/MG que já fora julgado, cujo acordão restou favorável a Companhia. Mesmo não tendo transitado em julgado, a resolução do mérito proferida no acordão pelo STF não comporta mais discussão via recurso. Diante disso a Companhia entende que a probabilidade de sucesso na ação é possível não havendo mais necessidade de manter a referida provisão relacionada a este tema em específico.

21. Provisão para contingências e depósitos judiciais--Continuação

a) Provisão para contingências com perdas prováveis--Continuação

Tributárias -- Continuação

O montante de R$ 6.776 (Consolidado) refere-se a valores provisionados para cobertura de processos administrativos e judiciais da Companhia.

Trabalhistas

Contingências trabalhistas referem-se a valores provisionados para atender prováveis perdas de processos contra os quais foram interpostos recursos principalmente relacionados a pedido de verbas trabalhistas habituais, em especial: insalubridade pelo calor, horas "it inere", horas extras e equiparação salarial.

Cíveis

Contingências cíveis referem-se principalmente a valores provisionados para atender prováveis perdas de processos contra os quais foram interpostos recursos principlamnete relacionados a danos morais e materiais.

b) Provisão para contingências com perdas possíveis

A Companhia possui contingências de natureza tributária e cível cuja expectativa de perda avaliada pelos assessores jurídicos está classificada como possível e, portanto nenhuma provisão foi constituída. Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia possuía o montante de R$ 14.281 referentes a passivos contingentes com risco de perda classificada pelos assessores jurídicos como possível, sendo R$ 11.998 de natureza tributária, R$ 2.280 de natureza cível e R$ 3 de natureza trabalhista.

22. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, o capital social é de R$ 40.000 totalmente subscrito e integralizado, representado por 15.302.372 ações, e sua composição é como segue:

Acionistas	Quantidade de ações	% Capital
Mário Schlickmann	5.076.050	32,7437
Milton Schlickmann	5.076.050	32,7437
Marcelo Schlickmann	4.428.324	28,5655
Jânio Dinarte Koch	921.948	5,9471
	15.502.372	100,0000

b) Ajuste de avaliação patrimonial

Refere-se a adoção em 1 de janeiro de 2009 do CPC 27 – Ativo Imobilizado. A Companhia optou por adotar o custo atribuído, assumindo ainda a vida útil reavaliada para os ativos imobilizados que tiveram seu custo alterado por esta adoção.

c) Incentivos fiscais

A Companhia é detentora de regime especial para recolhimento de ICMS celebrado com a Secretaria de Estado da Receita do estado da Paraíba, nos termos do Decreto nº 23.211 de 29.07.2002, vigente até 31 de dezembro de 2025, e do regime especial para recolhimento de ICMS – PRODEPE, celebrado com o Estado de Pernambuco, nos termos do Decreto nº 37.674 de 23 dezembro de 2011, vigente até 31/12/2022.

d) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

e) Reserva de lucros a disposição da assembleia

Formada pelo saldo remanescente das movimentações patrimoniais, será deliberada em assembleia geral ordinária as suas futuras destinações. De acordo com o artigo 199 da Lei 6.404/76 (alterada pela Lei 11.638, de 28 de dezembro de 2007), o saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização do capital social ou na distribuição de dividendos.

22. Patrimônio líquido--Continuação

f) Distribuição de lucros

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia destinou dividendos aos acionistas no montante de R$ 30.828 e em 2016 pagou dividendos aos acionistas no montante de R$ 9.176 conforme demonstrado no quadro abaixo:

	2017	2016
Lucro líquido do exercício	**31.064**	7.751
Realização de reservas (custo atribuído)	**1.770**	1.362
Constituição de reserva de incentivos fiscais	**(453)**	634
Constituição da reserva legal (5%)	**(1.553)**	(571)
Base de cálculo dos dividendos	**30.828**	9.176
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	**-**	2.294
Dividendo pagos	**30.828**	6.882
Total de dividendos	**30.828**	9.176
Porcentagem sobre o lucro líquido do exercício	**99%**	118%

O saldo de dividendos no montante de R$ 30.828 em 31 de dezembro de 2017 (R$ 6.882 em 31 de dezembro de 2016), foi integralmente pago aos acionistas dentro do exercício e utilizado para amortizar os mútuos com os mesmos, conforme aprovação antecipada deliberada em AGO realizada no dia 28 de abril de 2017.

23. Receitas

Abaixo apresentamos a conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração de resultado dos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Receita bruta	912.795	883.822	1.081.054	1.064.701
Ajuste a valor presente	(13.200)	(14.087)	(16.406)	(17.419)
Impostos sobre vendas	(243.717)	(233.298)	(291.668)	(279.044)
Devoluções	(9.361)	(8.547)	(13.263)	(11.886)
Receita líquida	646.517	627.890	759.717	756.352

24. Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Despesas com pessoal	(127.020)	(119.138)	(150.633)	(140.837)
Depreciação e amortização	(17.962)	(19.693)	(22.280)	(23.642)
Energia elétrica	(21.684)	(23.277)	(25.884)	(27.989)
Materiais consumidos	(320.531)	(312.139)	(372.132)	(383.358)
Fretes	(21.438)	(22.037)	(28.178)	(28.930)
Comissões	(19.740)	(19.557)	(22.789)	(23.228)
Gastos com manutenção	(11.867)	(12.061)	(15.641)	(14.670)
Gastos com viagens	(1.876)	(1.946)	(2.222)	(2.252)
Serviços de terceiros	(7.406)	(6.621)	(7.912)	(7.094)
Provisão para contingências	(3.937)	(5.539)	(5.067)	(6.031)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(2.983)	(2.646)	(3.423)	(3.106)
Despesas não recorrentes (autos de infração)	(14.979)	(3.538)	(16.174)	(4.090)
(Ganho) perda de capital	(383)	(674)	(935)	(729)
Provisão para realização de estoques	(231)	-	(516)	-
Outros	(111)	(18.814)	(11.087)	(24.566)
Total dos custos, despesas com vendas e administrativas	(572.148)	(567.680)	(684.873)	(690.522)
Demonstração resultado				
Custos dos produtos vendidos	(456.047)	(457.727)	(543.676)	(556.744)
Despesas de vendas	(69.214)	(72.004)	(83.694)	(86.998)
Despesas administrativas	(29.552)	(28.310)	(36.741)	(34.990)
Outras despesas operacionais, líquidas	(17.335)	(9.639)	(20.762)	(11.790)
Total	(572.148)	(567.680)	(684.873)	(690.522)

25. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Despesas financeiras				
Juros sobre financiamentos	(38.953)	(54.252)	(38.998)	(54.303)
Juros apropriados partes relacionadas	(4.529)	(5.165)	-	-
Ajuste a valor presente	(24.683)	(30.137)	(36.057)	(41.910)
Outros	(30.813)	(23.742)	(36.411)	(26.713)
	(98.978)	(113.296)	(111.466)	(122.926)
Receitas financeiras				
Aplicações financeiras	1.458	2.991	2.085	4.365
Juros recebidos	1.083	2.765	2.038	3.027
Juros apropriados partes relacionadas	-	-	-	-
Ajuste a valor presente	13.010	16.595	16.299	22.719
Outras	5.253	2.443	8.524	3.282
	20.804	24.794	28.946	33.393
Variações monetárias e cambiais líquidas				
Operações de swap	(7.207)	(31.193)	(7.207)	(31.193)
Variações cambiais	1.934	8.135	1.741	9.218
Variações monetárias	60.574	62.393	60.770	62.806
	55.301	39.335	55.304	40.831
Resultado financeiro líquido	(22.873)	(49.167)	(27.216)	(48.702)

26. Compromissos com arrendamento mercantil operacional

A Companhia arrenda um imóvel (galpão) situado no Km 12 da Rodovia PE-60 medindo 4.800m2 de área construída componente do parque industrial edificado em parte da área do terreno encravado no Engenho Alagoas, no município de Ipojuca – PE. Os termos do arrendamento são de dois anos, podendo vir a ser prorrogado se assim convier ao locador.

As despesas com arrendamento debitadas na demonstração do resultado em 2017 totalizam R$ 1.213 (R$ 1.167 em 2016).

27. Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria, se houver.

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia não tinha dívida conversível e opções de compra de ações. Portanto, o lucro diluído por ação de operações continuadas é o mesmo que o lucro básico por ação.

	2017	2016
Lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia	31.064	7.751
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas	15.502	15.502
Lucro básico e diluído por ação - R$	2,00	0,50

28. Coberturas de seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2017, a cobertura de seguros era composta por R$ 244.225 para danos materiais e R$ 203.264 para lucros cessantes.

29. Outras despesas operacionais líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Provisões para contingências	(4.168)	(5.539)	(5.583)	(6.032)
Multas e moras fiscais	(14.276)	(2.921)	(15.427)	(3.135)
Ganhos (perdas) de capital	(385)	(1.107)	(935)	(727)
Outras	1.494	(72)	1.183	(1.896)
	(17.335)	(9.639)	(20.762)	(11.790)

30. Subvenções governamentais

A Companhia possui subvenções governamentais que visam compensar despesas incorridas e são reconhecidas no resultado como outras receitas em uma base sistemática nos mesmos períodos nos quais as despesas foram reconhecidas.

30.1 Subvenções governamentais de custeio

Subvenção para Custeio ou Operacional é a transferência de recursos para uma pessoa jurídica com finalidade de auxiliá-la a fazer face ao seu conjunto de despesas e a realizar suas operações, ou seja, na consecução de seus objetivos sociais.

A Companhia possui subvenções de custeio sobre circulação de mercadorias e serviços concedidos pelos governos estaduais, principalmente dos estados do Amazonas, Paraíba e Pernambuco.

Para usufruiu da subvenção com o estado do Amazonas a Companhia possiu o benefício fiscal de redução de 55% do saldo devedor de ICMS apurado mensalmente com validade até 31 de dezembro de 2018. Este benefício está diretamente ligado ao cumprimento de exigências relacionadas ao processo produtivo, benefícios sociais a empregados, desenvolvimento tecnológico, gestão de qualidade, meio ambiente e de segurança e saúde ocupacional, cumprimento das obrigações tributárias, e recolhimento de contribuição financeira durante o período de fruição dos incentivos, os quais a Companhia vem atendendo regularmente.

Para usufruir da subvenção com o estado da Paraíba, o recolhimento mensal a título de ICMS não poderá ser inferior a 1% do faturamento. O termo de validade tem vigência até 31 de dezembro de 2025.

30.2 Subvenções governamentais para investimento

Para usufruir da subvenção com o Estado de Pernambuco do regime especial para recolhimento de ICMS – PRODEPE nos termos do Decreto nº 37.674 de 23 de dezembro de 2011, vigente até 31 de dezembro de 2022, com exigência de aumento mínimo prévio à fruição e 40% da capacidade instalda, a qual foi totalmente atendida.

O montante do benefício reconhecido no período findo em 31 de dezembro de 2017 foi de R$ 4.690 (no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi de R$ 4.029) referente a incentivo estadual de custeio e está reconhecido no resultado como deduções das receitas operacionais, para o qual foi oferecido a tributação.

Subvenção para investimento é a transferência de recursos para uma pessoa jurídica com a finalidade de auxiliá-la, não nas suas despesas, mas sim na aplicação específica em bens ou direitos para implantar ou expandir empreendimentos econômicos.

30. Subvenções governamentais--Continuação

30.2 Subvenções governamentais para investimento--Continuação

A Companhia possui subvenções de imposto de renda referente ao lucro da exploração com redução de 75%, do imposto a pagar. Este imposto está diretamente ligado a condição de estar localizado nas regiões da Sudam ou Sudene. Para a controlada Copobras da Amazônia Industrial de Embalagens Ltda, o período de vigência é de 01/01/2015 a 31/12/2023 de acordo com o processo 18365.722390/2014-11 do Ministério da Fazenda. Para a controladora o período de vigência é de 01/01/2014 a 31/12/2019 com base no ato declaratório executivo DRF/FNS nº 139 de 16 e maio de 2014.

No período findo em 31 de dezembro de 2017 o montante reconhecido no resultado foi de R$ 453 (no exercício em 31 e dezembro de 2016 R$ 634), destinado para conta de reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido.

31. Eventos Subsequentes

A Companhia informa como evento subsequente, por se tratar de fato relevante, que a sua Controlada Copobras da Amazônia Industrial Embalagens Ltda, concluiu na data de 19 de março de 2018 a aquisição de 100% das quotas da Sealed Air Embalagens Ltda, sociedade brasileira que produz bandejas de poliestireno expandido a qual pertencia a Cryovac Brasil Ltda.

O "funding" para esta aquisição foi obtido a partir de uma operação de "sale leaseback" contratado com o Fundo Imobiliário GGR Covepi Renda Fundo de investimento Imobiliário.

* * *